MULHERES, ÁGUA E REPRODUÇÃO DA VIDA NO SEMIÁRIDO: UMA LEITURA ECOFEMINISTA DO PROGRAMA CISTERNAS E DOS QUINTAIS PRODUTIVOS EM QUIXABEIRA/BA

WOMEN, WATER AND THE REPRODUCTION OF LIFE IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID REGION: AN ECOFEMINIST READING OF THE CISTERNS PROGRAM AND PRODUCTIVE BACKYARDS IN QUIXABEIRA, BAHIA

MUJERES, AGUA Y REPRODUCCIÓN DE LA VIDA EN EL SEMIÁRIDO: UNA LECTURA ECOFEMINISTA DEL PROGRAMA CISTERNAS Y DE LOS PATIOS PRODUCTIVOS EN QUIXABEIRA/BA

10.56238/IIMultiCientifica-166

Iris Vanessa de Sousa Silva
Mestra em Estado, Gobierno y Políticas Públicas
Instituição: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil)
E-mail: iris.vanessa1989@outlook.com

Brenna Oliveira Nascimento
Mestranda em Educação
Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: mestrandabrenna@gmail.com

Éden Santos de Castro
Doutor em Educação
Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: edendecastro@live.com

RESUMO
Este artigo analisa o Programa Cisternas e os quintais produtivos a partir de uma perspectiva ecofeminista, destacando o protagonismo das mulheres na gestão da água, na produção de alimentos e na reprodução da vida no Semiárido baiano. Trata-se de pesquisa qualitativa, de abordagem etnográfica, realizada com duas associações de mulheres do município de Quixabeira, Bahia, por meio de dez entrevistas semiestruturadas, cinquenta questionários de perfil e análise documental. Os resultados indicam que as cisternas ampliaram o acesso à água e sustentaram quintais produtivos organizados majoritariamente por mulheres, que articulam consumo familiar, troca entre vizinhas e venda do excedente. Esse trabalho, porém, permanece pouco reconhecido pelas políticas públicas, que tratam as tecnologias hídricas de forma tecnicista e neutra quanto ao gênero. Conclui-se que o Programa Cisternas representa um avanço significativo, mas tem sua efetividade limitada quando não incorpora explicitamente a divisão sexual do trabalho e o acompanhamento técnico às agricultoras.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Programa Cisternas. Quintais Produtivos. Mulheres Rurais. Semiárido.

ABSTRACT
This article analyzes the Cisterns Program and productive backyards from an ecofeminist perspective, highlighting women's leading role in water management, food production and the reproduction of life in the semi-arid region of Bahia, Brazil. It is a qualitative study with an ethnographic approach, carried out with two women's associations in the municipality of Quixabeira, Bahia, through ten semi-structured interviews, fifty profile questionnaires and document analysis. The results indicate that cisterns expanded access to water and sustained productive backyards organized mostly by women, who combine family consumption, exchange among neighbors and the sale of surplus. This work, however, remains poorly recognized by public policies, which treat water technologies in a technicist and gender-neutral way. We conclude that the Cisterns Program represents a significant advance, but its effectiveness is limited when it does not explicitly incorporate the sexual division of labor and technical support for women farmers.

Keywords: Ecofeminism. Cisterns Program. Productive Backyards. Rural Women. Semi-arid Region.

RESUMEN
Este artículo analiza el Programa Cisternas y los patios productivos desde una perspectiva ecofeminista, destacando el protagonismo de las mujeres en la gestión del agua, la producción de alimentos y la reproducción de la vida en el Semiárido de Bahía, Brasil. Se trata de una investigación cualitativa, de enfoque etnográfico, realizada con dos asociaciones de mujeres del municipio de Quixabeira, Bahía, mediante diez entrevistas semiestructuradas, cincuenta cuestionarios de perfil y análisis documental. Los resultados indican que las cisternas ampliaron el acceso al agua y sostuvieron patios productivos organizados mayoritariamente por mujeres, que articulan el consumo familiar, el intercambio entre vecinas y la venta del excedente. Sin embargo, ese trabajo sigue siendo poco reconocido por las políticas públicas, que tratan las tecnologías hídricas de forma tecnicista y neutral en cuanto al género. Se concluye que el Programa Cisternas representa un avance significativo, pero su efectividad es limitada cuando no incorpora explícitamente la división sexual del trabajo y el acompañamiento técnico a las agricultoras.

Palabras clave: Ecofeminismo. Programa Cisternas. Patios Productivos. Mujeres Rurales. Semiárido.

1 INTRODUÇÃO

Sou das terras da Bahia
Lá do Sertão da Poesia
Seu João e Dona Maria
Pediram pra lhe avisar
Que hoje lá tem fartura
Tem alegria e ternura
Graças a grande labuta
Do povo do meu lugar.
Lá tem quintal produzindo
Bichinho se alimentando
Tem água sendo juntada,
Tem gente gerenciando
Cuidando de cada gota
Desse líquido precioso
Plantando organicamente
Pra gente comer gostoso.
[...]
(Agnaldo Rocha)[1]

O Semiárido[2] brasileiro tem sido historicamente representado por narrativas de escassez, atraso e incapacidade produtiva, frequentemente mobilizadas para legitimar políticas públicas centralizadas e descoladas das experiências das populações locais. Essas interpretações, além de desconsiderarem as estratégias de convivência construídas historicamente no território, invisibilizam o papel das mulheres na gestão da água, na produção de alimentos e na sustentação da vida cotidiana. Nesse contexto, políticas públicas voltadas à convivência com o Semiárido, como o Programa Cisternas, assumem centralidade não apenas por seus efeitos materiais, mas também por suas implicações sociais, simbólicas e de gênero, considerando que, historicamente, as atividades de cuidado estiveram relegadas às mulheres, como o são ainda hoje.

Conforme amparado na dissertação que fundamenta este artigo (Silva, 2021), o Programa Cisternas representa uma inflexão importante em relação às políticas tradicionais de combate à estiagem, ao priorizar tecnologias sociais adaptadas às condições locais e à participação comunitária. A pesquisa evidenciou que a implantação das cisternas não apenas ampliou o acesso à água para

[1] Agnaldo Rocha, poeta e fotógrafo de Várzea da Roça (BA), é autor do livro "FotoVersando no Sertão", publicado em 2019, no qual mistura versos e fotografias que apresentam e representam o sertão baiano (Rocha, 2019).

[2] O Semiárido brasileiro é uma vasta região que possui fatores edafoclimáticos peculiares como chuvas irregulares e escassas, solos rasos e pedregosos e altas temperaturas, características essas que fazem necessário um adequado manejo do solo e da água para que seja promovida uma boa convivência com o Semiárido. O bioma pertencente ao Semiárido é a caatinga, sendo este rico em grande variedade de espécies de flora e fauna (Leal *et al.*, 2016, p. 1268).

consumo humano, mas também redefiniu práticas cotidianas, relações familiares e formas de organização do trabalho no meio rural.

Entretanto, tais transformações não se distribuem de maneira homogênea entre homens e mulheres. Os dados empíricos indicam que a responsabilidade pela gestão cotidiana da água permanece majoritariamente atribuída às mulheres, que articulam o uso doméstico do recurso com a manutenção dos quintais produtivos e a criação de animais de pequeno porte, a exemplo de aves, ovinos e caprinos. Esses quintais, longe de serem espaços marginais, configuram territórios centrais de produção alimentar, cuidado e reprodução da vida, evidenciando que as estratégias para a convivência no Semiárido se situam não somente na manutenção da sobrevivência física, mas também se conectam às relações de convivência comunitária entre mulheres e seus pares.

Apesar dessa centralidade, as políticas públicas tendem a tratar tais iniciativas de forma tecnicista e neutra, ignorando as relações de gênero que as atravessam. Ao não reconhecer explicitamente o trabalho feminino associado à água, à alimentação e ao cuidado, o Estado e a sociedade como um todo contribuem para a reprodução de desigualdades históricas e para a desvalorização de práticas fundamentais à sustentabilidade social e ambiental, exercidas e encabeçadas pelas mulheres.

É nesse ponto que o ecofeminismo oferece uma chave analítica importante. Ao articular a crítica feminista às formas de exploração da natureza e à divisão sexual do trabalho, o ecofeminismo permite compreender como a subordinação das mulheres e a degradação ambiental estão imbricadas em um mesmo modelo de desenvolvimento. Este artigo tem como objetivo analisar o Programa Cisternas[3] e os quintais produtivos a partir de uma perspectiva ecofeminista, destacando o protagonismo das mulheres na gestão da água e na produção de alimentos no Semiárido nordestino, contribuindo para os debates dos Estudos Feministas a partir de uma análise empírica localizada e politicamente comprometida com as mulheres rurais e com a diversidade de suas experiências.

Para dar seguimento ao presente artigo, me proponho a falar em primeira pessoa, visto que, para a sua produção, utilizei como base empírica e teórica central minha dissertação de mestrado, intitulada “Mulheres de luta: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira-BA através das políticas públicas sociais (2011-2015)” (Silva, 2021). A pesquisa que originou a dissertação tomou

[3] O Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018, em substituição a decretos anteriores, regulamentou o Programa Cisternas e trouxe em seu Artigo 2º o objetivo do mesmo, que é “[...] promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais, destinado a famílias rurais de baixa renda e equipamentos públicos rurais atingidos pela seca ou pela falta regular de água.” (Brasil, 2018).

como base as políticas sociais hídricas (cisternas), programas de habitação (Minha Casa Minha Vida Rural) e de transferência de renda (Bolsa Família), elos que se ligam aos movimentos de mulheres, promovendo o fortalecimento das redes sociais que englobam mulheres trabalhadoras da cidade e do campo. Além disso, peço licença para tratar todas as pessoas no gênero feminino, como uma forma de respeito e reverência ao texto escrito na dissertação e a todas as pessoas que dela participaram.

Este artigo dialoga com os conceitos de gênero e feminismo (Scott, 1992, 1995; Louro, 2014; Soihet; Pedro, 2007; Soares, 1994), ecofeminismo (Shiva, 1988; Mies; Shiva, 1993; Salleh, 2017; Machado; Mano, 2023), políticas públicas sociais (Behring; Boschetti, 2010; Castro, 2012, 2013; Giovanni, 2009) e movimentos sociais (Gohn, 2011; Jacobi, 1983, 1987). As autoras citadas aqui, além de outras, foram fundamentais para que as reflexões situadas na dissertação continuassem sendo pontos de discussão em trabalhos que localizam as mulheres como ponto central do debate acadêmico.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A segunda discute o ecofeminismo, o gênero, o território e as políticas públicas sociais; a terceira apresenta o percurso metodológico da pesquisa; a quarta analisa a relação entre mulheres, água e quintais produtivos no Semiárido quixabeirense e propõe uma leitura ecofeminista do Programa Cisternas; por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 ECOFEMINISMO, GÊNERO, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Vamos então começar pelo "começo", trazendo à margem o conceito de gênero proposto por Scott (1995) e que ainda hoje nos auxilia nas reflexões sobre a sociedade estruturada pelo patriarcalismo:

> O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens. [...] O uso do 'gênero' põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (Scott, 1995, p. 75-76).

Considerando o exposto a partir de Scott (1995), há um reposicionamento do gênero enquanto construção social. A reflexão nos permite pensar sobre novas condições trazidas pela historiografia, visto que não daria para trabalhar a questão da mulher isoladamente, mas sim as questões das mulheres, de forma ancorada no pluralismo e na diversidade de suas trajetórias e protagonismos (Scott, 1992; Soihet; Pedro, 2007; Silva, 2021). O conceito de gênero, ainda que depois de muitos debates e

reflexões, torna-se central para seguir investigando temáticas que se ligam às mulheres e às suas trajetórias.

O ecofeminismo emerge como uma vertente crítica do pensamento feminista ao estabelecer conexões entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres, denunciando os fundamentos patriarcais, capitalistas e coloniais que sustentam o modelo hegemônico de desenvolvimento. Diferentemente de leituras essencialistas, o ecofeminismo enfatiza os processos históricos e sociais que atribuíram às mulheres a responsabilidade pela reprodução da vida, pelo cuidado e pela subsistência, frequentemente em condições de invisibilidade e desvalorização.

Para Salleh, o ecofeminismo revela como o capitalismo se sustenta a partir da exploração simultânea da natureza e do trabalho reprodutivo das mulheres, deslocando a reprodução da vida para uma posição central na crítica feminista ao desenvolvimento (Salleh, 2017).

O ecofeminismo anticapitalista articula a crítica às desigualdades de gênero com a denúncia da precarização da vida produzida pelo capitalismo contemporâneo, evidenciando como a exploração da natureza e a intensificação do trabalho reprodutivo recaem de forma desproporcional sobre as mulheres. Nessa perspectiva, a sustentabilidade da vida passa a ocupar o centro da crítica feminista, em oposição às lógicas de acumulação e mercantilização (Machado; Mano, 2023).

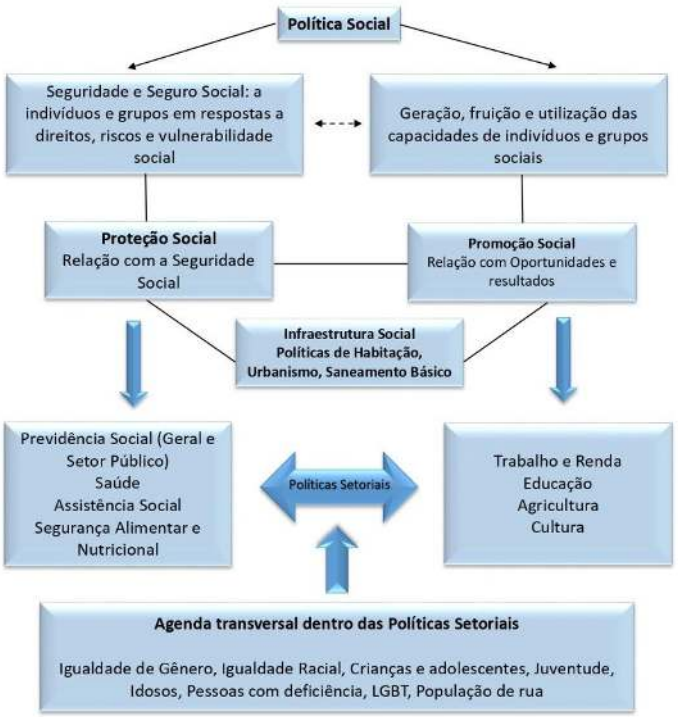
Segundo Mies e Shiva (1993), o capitalismo moderno se estrutura a partir da separação entre produção e reprodução, atribuindo valor apenas às atividades mercantilizadas e relegando o trabalho reprodutivo a uma posição secundária. Essa lógica se expressa de forma particularmente intensa nos contextos rurais, onde as mulheres são responsáveis pela gestão doméstica da água, pelo cultivo de alimentos, pelo cuidado com crianças e idosos e pela preservação de saberes tradicionais. Em diálogo com essa leitura, Federici (2019) demonstra que o trabalho reprodutivo não remunerado, realizado majoritariamente pelas mulheres, constitui um pilar da acumulação capitalista, ainda que seja socialmente apresentado como “não trabalho”; e Saffioti (2015) nos lembra que essa desigualdade se sustenta em um sistema patriarcal de dominação-exploração que atravessa tanto o espaço doméstico quanto o público.

A perspectiva ecofeminista permite compreender o território não apenas como espaço físico, mas como lugar de relações, práticas e afetos. A água, nesse sentido, deixa de ser um recurso meramente técnico e passa a ser entendida como elemento central da organização da vida cotidiana. No Semiárido, essa relação é mediada por estratégias de convivência que articulam conhecimento

local, adaptação ambiental e cuidado, dimensões frequentemente desconsideradas pelas políticas públicas.

Os conceitos de políticas públicas e políticas sociais tornaram-se muito amplos ao longo do processo de construção histórica no pós-Segunda Guerra Mundial (Behring; Boschetti, 2010). Para apresentar o conceito de política social, trago uma figura que "desenha" o conceito no Brasil e que estabelece os parâmetros de atendimento à população.

Figura 1. Políticas setoriais e transversais da política social brasileira



Fonte: Silva (2021), adaptada de Castro (2013, p. 170).

As políticas públicas sociais podem ser compreendidas como intervenções estatais voltadas à garantia de direitos e à redução de vulnerabilidades sociais, configurando-se como resultado de disputas políticas, institucionais e sociais (Giovanni, 2009; Castro, 2012). No Brasil, muitas delas emergiram da pressão dos movimentos sociais, compostos por uma base nitidamente popular, na qual as mulheres figuram como lideranças destacadas (Jacobi, 1987; Gohn, 2011). No contexto do Semiárido brasileiro, tais políticas não se limitam à provisão material de bens e serviços, mas incidem diretamente sobre o cotidiano das famílias, reorganizando práticas, relações sociais e formas de acesso a recursos fundamentais à reprodução da vida (Silva, 2021).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo resulta de pesquisa qualitativa desenvolvida no âmbito de dissertação de mestrado, cujo objetivo foi analisar o impacto das políticas públicas sociais para o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira, Bahia, entre 2011 e 2015 (Silva, 2021). Para este texto, o recorte recai sobre o Programa Cisternas e os quintais produtivos. A abordagem qualitativa permitiu compreender os sentidos atribuídos pelas mulheres às suas práticas cotidianas relacionadas à água, à produção de alimentos e ao cuidado.

A abordagem de investigação científica escolhida foi a etnografia, que traz contribuições importantes às pesquisas qualitativas, em especial "[...] para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio-interacionais [...]" (Mattos, 2011, p. 50). Na etnopesquisa crítica, as sujeitas da pesquisa não são tomadas como "[...] um produto descartável de valor meramente utilitarista" (Macedo, 2010, p. 10), mas como produtoras de sentidos sobre a própria realidade. Como pesquisadora que reside no município e acompanha as atividades dos movimentos de mulheres, essa escolha me permitiu olhar "de dentro" para as experiências analisadas (Magnani, 2009).

Quixabeira é um município de pequeno porte do Território de Identidade da Bacia do Jacuípe, no Centro Norte baiano, situado integralmente no Semiárido, com pluviosidade entre 600 e 800 mm anuais e chuvas concentradas entre novembro e fevereiro. Segundo o Censo Demográfico de 2010, o município contava com 9.554 habitantes, dos quais 5.891 residiam na zona rural, e sua economia gira em torno da agricultura familiar (Silva, 2021). As participantes da pesquisa integram duas entidades organizadas por e para mulheres: a Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Quixabeira (AMTQ) e a Associação Mulheres em Ação (AMA).

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, questionários de perfil, observação do cotidiano e análise documental, possibilitando a articulação entre narrativas das mulheres, práticas concretas e o desenho institucional das políticas públicas (Minayo, 2016; Lakatos; Marconi, 1990, 1991; Magnani, 2009; Mattos, 2011). Foram realizadas dez entrevistas, cinco em cada entidade, entre novembro e dezembro de 2020, e aplicados cinquenta questionários de perfil às associadas das duas entidades. O trabalho de campo ocorreu durante a pandemia de COVID-19, o que exigiu substituir as reuniões coletivas previstas por visitas às comunidades rurais e povoados onde residem as participantes. A análise documental reuniu dados de plataformas do Governo Federal, como a VIS DATA, do Ministério

da Cidadania, e informações da Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI), uma das entidades executoras das cisternas no município. As participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e a pesquisa contou com parecer do Comitê de Ética da FLACSO Brasil (Silva, 2021).

O material das entrevistas foi transcrito e submetido à análise de conteúdo, identificando os trechos dos discursos que se relacionam com os objetivos da pesquisa e agrupando-os em categorias (Manzini, 1990/1991). Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa se ancora em uma perspectiva feminista, que reconhece o caráter situado do conhecimento e recusa a neutralidade científica. As experiências das mulheres são compreendidas como saberes legítimos e politicamente relevantes para a análise das políticas públicas sociais brasileiras, que possuem, em sua maioria, titularidade feminina, considerando que muitos lares hoje no país são chefiados por mulheres.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresento e discuto os resultados da pesquisa em dois movimentos: primeiro, a relação entre mulheres, água e quintais produtivos no cotidiano das associadas; depois, uma leitura ecofeminista do Programa Cisternas a partir dos dados e das falas colhidas em campo.

4.1 MULHERES, ÁGUA E QUINTAIS PRODUTIVOS NO SEMIÁRIDO QUIXABEIRENSE

Os quintais produtivos, conforme evidenciado na dissertação que fundamenta este estudo, configuram-se como espaços centrais de produção alimentar, cuidado e manejo ambiental no Semiárido, sendo majoritariamente organizados e mantidos pelas mulheres (Silva, 2021). Longe de representarem atividades complementares ou secundárias, esses quintais articulam práticas cotidianas que garantem a subsistência familiar, a segurança alimentar e a preservação de saberes tradicionais, constituindo territórios fundamentais da reprodução da vida.

Antes da chegada das tecnologias hídricas, era sobre o corpo das mulheres que recaía o peso de garantir a água da casa. Edisônia Moreira, sócia fundadora da AMTQ, recupera essa memória:

> [...] e a segunda água que as mulheres foram beneficiadas diretamente com isso, né, porque quem colocava o pote na cabeça, descia pra o tanque, quando tinha um tanque próximo pra pegar água ainda era bom, mas quando não tinha, andava quilômetros em busca de água pra o consumo dentro de casa, isso melhorou muito, essa questão do armazenamento de água nas

> cisternas após as chuvas, é, então trouxe essa melhoria, essa qualidade de vida para as mulheres que isso tudo é dignidade né? [sic] (Edisônia Moreira, Sócia Fundadora, AMTQ).[4]

A fala evidencia que a água, no Semiárido, nunca foi uma questão apenas técnica: ela organiza o tempo, o corpo e a jornada de trabalho das mulheres. Com a água armazenada junto à casa, parte desse tempo pôde ser redirecionada ao cultivo dos quintais. Entre as associadas que residem na zona rural e responderam aos questionários, 29 afirmaram ter recebido cisternas de 1ª ou 2ª água, e apenas duas não haviam sido contempladas (Silva, 2021). Questionadas sobre o que produzem com a água armazenada, as respostas foram sintetizadas por uma delas: "A gente produz de tudo um pouco". Os quintais reúnem hortaliças (coentro, alface, cebolinha, couve), ervas e plantas medicinais, árvores frutíferas (banana, acerola, manga, laranja, limão, mamão, cajá, maracujá, goiaba), legumes e verduras (quiabo, abóbora, cebola, cenoura, batata-doce), aipim, feijão de corda e feijão andu, além da produção de mudas e da criação de aves, ovinos e caprinos.

A centralidade feminina na organização dos quintais produtivos revela uma racionalidade orientada pelo cuidado e pela sustentabilidade, que contrasta com a lógica produtivista do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, as práticas descritas pelas mulheres entrevistadas, como o uso racional da água das cisternas, a diversificação do cultivo e a atenção às necessidades alimentares da família, podem ser compreendidas à luz do ecofeminismo materialista. Para Ariel Salleh (2017), a reprodução da vida se apoia em trabalhos historicamente invisibilizados, como o cuidado, a subsistência e a gestão cotidiana dos recursos naturais, os quais sustentam a economia sem receber reconhecimento político ou econômico.

No contexto dos quintais produtivos analisados, observa-se que o trabalho realizado pelas mulheres opera justamente nessa dimensão invisibilizada apontada por Salleh (2017). Um exemplo eloquente é a Caderneta Agroecológica[5], instrumento utilizado pelas associadas da AMTQ para registrar a própria produção. Solange Rios descreve o efeito desse registro:

> Porque a caderneta ela incentiva a gente né, tipo assim, o que eu produzo eu anoto ali tudinho, você tem uma noção por mês, o que você produziu, o que você consumiu, o que você doou, o que você vendeu, trocou, então só quando vai ver na caderneta: "menino, eu produzi tudo

[4] Entrevista realizada em 16 de novembro de 2020 (Silva, 2021).

[5] A Caderneta Agroecológica surgiu em 2011 como proposta de formação do Programa Mulheres e Agroecologia do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em Minas Gerais, com o objetivo de valorizar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras, que nela registram o que é consumido pela família, vendido, trocado ou doado. Na Bahia, a ferramenta vem sendo adotada em parceria com a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater) (Silva, 2021).

> isso?" então, tudo isso através dessas associações, né, que se não fosse essas associações a gente não teria essas cadernetas [...] (Solange Rios, Associada, AMTQ).[6]

A surpresa expressa na fala ("eu produzi tudo isso?") revela o quanto esse trabalho permanece oculto, inclusive para quem o realiza. Ao anotar o que foi consumido, doado e trocado, e não apenas o que foi vendido, a caderneta torna mensurável justamente a parcela da produção que a economia mercantil não contabiliza, o que dialoga diretamente com a crítica de Salleh (2017) e de Mies e Shiva (1993) à separação entre produção e reprodução.

Os quintais também sustentam relações de reciprocidade entre as mulheres. A AMTQ organizou a "Tenda Solidária", espaço de venda direta dos produtos orgânicos das associadas na feira livre do município, sem a mediação de atravessadores. Hilda Rios, coordenadora executiva da entidade, explica a lógica que orienta a iniciativa:

> [...] o que a gente incentiva a elas produzir, ela ter, tá trabalhando em casa, como se diz né, cuidando da sua horta, tendo uma alimentação saudável pra sua família, e o pouquinho né, colocar lá na tenda, o pouquinho tá vendendo pra vizinha, o pouquinho tá trocando com a sua vizinha, porque se ela planta o alface e a vizinha planta o coentro, vamos fazer essa troca, então a gente trabalha também essa experiência né, a troca de experiência [...] (Hilda Rios, Coordenadora Executiva, AMTQ).[7]

A prioridade é clara: primeiro a alimentação da família; o excedente, "o pouquinho", circula entre vizinhas por troca ou venda. Essa economia da suficiência, organizada a partir do cuidado e da reciprocidade, é exatamente o que a perspectiva ecofeminista reivindica como horizonte de sustentabilidade da vida (Mies; Shiva, 1993; Machado; Mano, 2023). Ao articular água, terra e cuidado, as mulheres produzem formas de sustentabilidade cotidiana que garantem a continuidade da vida em condições adversas, desafiando, ainda que silenciosamente, a separação entre produção e reprodução, natureza e sociedade. Assim, os quintais produtivos emergem como espaços privilegiados de materialização do ecofeminismo, onde a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento se expressa por meio de práticas concretas, situadas e politicamente significativas.

[6] Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020 (Silva, 2021).
[7] Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020 (Silva, 2021).



Fonte: Elaborada pelos autores





Fonte: Arquivo pessoal (2021).

4.2 PROGRAMA CISTERNAS E ECOFEMINISMO

Por muito tempo, as ações do poder público para o Semiárido foram pautadas pela lógica do "combate à seca", com obras concentradas em grandes açudes, barragens e poços, frequentemente situados em propriedades privadas de quem detinha o poder político e econômico da região (Schroeder; Alves; Mazzini, 2014). A partir da mobilização da sociedade civil, especialmente com a criação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), ganhou força a perspectiva da convivência com o Semiárido, que resultou no Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e, em 2003, no apoio governamental que deu origem ao Programa Cisternas, instituído em lei em 2013 (Schroeder; Alves; Mazzini, 2014). Para Santana e Arsky (2016, p. 223), "O Programa Cisternas representa hoje o principal exemplo de como é possível promover o acesso à água para comunidades pobres da zona rural, contribuindo com um conjunto de atividades com impacto direto sobre o desenvolvimento local".

Em Quixabeira, o número de cisternas de 1ª água registradas passou de 131, em 2011, para 582, em 2015, e o de cisternas de produção, de 61, em 2012, para 339, em 2015, segundo dados da plataforma VIS DATA. Os dados da COFASPI, uma das entidades executoras, indicam que a maioria das unidades construídas no período teve mulheres como titulares (Silva, 2021). A feminização da titularidade se repete em outras políticas sociais no município: no Programa Bolsa Família, mais de

83% das famílias beneficiárias tinham mulheres como titulares em todos os anos entre 2011 e 2015, e, no Programa Nacional de Habitação Rural, 62% das titulares eram mulheres (Silva, 2021).

A leitura ecofeminista do Programa Cisternas permite compreender que as políticas de convivência com o Semiárido não são neutras em termos de gênero. A titularidade feminina reconhece as mulheres como responsáveis pela família, mas, ao ignorar a divisão sexual do trabalho, o Estado corre o risco de reforçar a naturalização do cuidado como responsabilidade exclusivamente feminina. Ao mesmo tempo, as práticas desenvolvidas pelas mulheres nos quintais produtivos e na gestão da água constituem formas de resistência cotidiana, orientadas pela reprodução da vida e pela sustentabilidade.

Conforme argumentam Mies e Shiva (1993), o trabalho invisibilizado das mulheres constitui a base não reconhecida do sistema econômico. No contexto analisado por Silva (2021), as práticas femininas relacionadas à água e à alimentação desafiam a lógica hegemônica de desenvolvimento, evidenciando alternativas sustentáveis construídas no cotidiano. Para Gilvanda Mendes, sócia fundadora da AMA, as cisternas, "[...] quando elas são bem trabalhadas, é uma ferramenta de independência na vida das pessoas"[8]. A mesma entrevistada, no entanto, aponta o limite da política quando a tecnologia chega sem acompanhamento:

> Eu vejo que, existe muitas cisternas abandonadas aqui em nosso município que não tem produtividade nenhuma e as pessoas, vão pra feira né, quem pode comprar, compra, quem não pode, passa falta, né, a família fica na falta, principalmente as crianças, ficam na falta de alguns nutrientes, e isso ocasiona uma série de problemas [...] sociais, né, principalmente na saúde [...] (Gilvanda Mendes, Sócia Fundadora, AMA).

A crítica evidencia que a entrega da cisterna, por si só, não garante a produção. Onde houve formação, organização coletiva e acompanhamento, como nas experiências da Tenda Solidária e da Caderneta Agroecológica, foram as associações de mulheres, e não o poder público municipal, que assumiram esse papel. É o que também indica Solange Rios ao afirmar que a cisterna de produção que possui veio "[...] tudo depois que eu participo desses encontros que a gente tem, esses projetos que vem [...]"[9]. Os questionários reforçam esse papel: 90% das associadas afirmaram que a entidade incentiva e orienta o cadastramento em programas sociais (Silva, 2021). Assim, o trabalho de mediação política, que também é trabalho de cuidado, recai novamente sobre as mulheres organizadas.

[8] Entrevista realizada em 30 de novembro de 2020 (Silva, 2021).
[9] Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020 (Silva, 2021).

Abaixo, exemplos de cisternas que foram pesquisadas no trabalho utilizado como base para este artigo:

Figura 4. Cisterna de placas de 16 mil litros



Fonte: Nilmarcos Moraes – arquivo pessoal (2013).

Figura 5. Cisterna de calçadão de 52 mil litros



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Figura 6. Cisterna de enxurrada de 52 mil litros



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Quadro 1. Tipos de tecnologias hídricas

Tipos de cisternas	1 Cisterna familiar de água para consumo, instalada ao lado das casas e com capacidade para armazenar 16 mil litros de água potável.
	2 Cisterna escolar de água para consumo, instalada em escolas do meio rural e com capacidade para armazenar 52 mil litros de água potável.
	3 Cisterna de água para a produção, com capacidade para 52 mil litros de água, de uso individual ou coletivo de famílias.
Outras tecnologias	Entre outras tecnologias hídricas apoiadas ao longo do tempo pelo Programa Cisternas estão a barragem subterrânea, pequenas barragens, barreiros trincheira e tanques de pedra.

Fonte: Silva (2021), a partir de informações do MDS – Programa Cisternas (2020).

As tecnologias hídricas apresentadas são fundamentais para que as famílias tenham condições de conviver com o Semiárido. As cisternas de 1ª água captam a chuva que cai sobre os telhados e armazenam água própria para beber e cozinhar; as de produção, conhecidas como de 2ª água, captam a água que escorre pelo chão e seria perdida, destinando-a às hortas e à criação de animais de pequeno porte (Silva, 2021). São mecanismos que viabilizam o acesso à água potável e à água para a produção, o que condiciona segurança alimentar e nutricional para as famílias que vivem nessa parte do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou o Programa Cisternas e os quintais produtivos a partir de uma perspectiva ecofeminista, evidenciando o protagonismo das mulheres na gestão da água, na produção de alimentos e na reprodução da vida no Semiárido quixabeirense. Ao articular dados empíricos da dissertação de mestrado e teoria feminista, buscou-se demonstrar que as práticas cotidianas das mulheres materializam princípios ecofeministas, mesmo quando não reconhecidas institucionalmente.

As falas das associadas da AMTQ e da AMA mostram que a cisterna aliviou uma carga historicamente imposta ao corpo das mulheres, a de buscar água, e abriu espaço para os quintais produtivos, onde a produção se organiza a partir da alimentação da família, da troca entre vizinhas e da venda do excedente. Instrumentos como a Caderneta Agroecológica tornam visível um trabalho que a economia mercantil não contabiliza, e iniciativas como a Tenda Solidária mostram a força da organização coletiva das mulheres.

Os resultados indicam que, embora o Programa Cisternas represente um avanço significativo, sua efetividade é limitada quando não incorpora explicitamente a dimensão de gênero e quando a tecnologia chega sem acompanhamento técnico continuado. Reconhecer as mulheres como sujeitas políticas da convivência com o Semiárido implica repensar o desenho das políticas públicas: incorporar a divisão sexual do trabalho ao seu planejamento, garantir assistência técnica voltada às agricultoras e

valorizar o cuidado e a reprodução da vida como dimensões centrais do desenvolvimento. Vale salientar que, mesmo apresentando as considerações acima, a pesquisa não se finda; existem outras nuances que podem e devem ser analisadas em pesquisas posteriores, como os efeitos da titularidade feminina sobre a sobrecarga de trabalho das mulheres rurais.



REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9606.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 4, dez. 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social, distribuição de renda e crescimento econômico. In: FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo (org.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**: economia, distribuição da renda e mercado de trabalho. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. v. 1, p. 167-196.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GIOVANNI, Geraldo di. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, NEPP/UNICAMP, n. 82, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato Raul (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 145-179.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 11-23.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Adriana Karla T. B. Nunes *et al.* As variedades de cisternas de placa utilizadas no semiárido. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 9, n. 4, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro, 2010.

MACHADO, Bárbara Araújo; MANO, Maíra Kubík T. Feminismos anticapitalistas contra a precarização da vida. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n292877.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. Disponível em: http://books.scielo.org. Acesso em: 19 nov. 2019.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

ROCHA, Agnaldo. **Fotoversando no sertão**: o retrato e a poesia de Agnaldo Rocha. Mogi Guaçu: Becalete, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALLEH, Ariel. **Ecofeminism as politics**: nature, Marx and the postmodern. 2. ed. London: Zed Books, 2017.

SANTANA, Vitor Leal; ARSKY, Igor da Costa. Aprendizado e inovação no desenho de regras para a implantação de políticas públicas: a experiência do Programa Cisternas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 67, n. 2, p. 203-226, abr./jun. 2016.

SCHROEDER, Elson; ALVES, Gilda Glauce M.; MAZZINI, Vera Lúcia. O desafio de valorizar e difundir o conhecimento do Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Elson; MEDAGLIA, Vicente Rahn (org.). **Construindo saberes, cisternas e cidadania**: formação para a convivência com o semiárido brasileiro. Brasília: IABS, 2014. p. 29-43.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SHIVA, Vandana. **Staying alive**: women, ecology and development. London: Zed Books, 1988.

SILVA, Iris Vanessa de Sousa. **Mulheres de luta**: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA através das políticas públicas sociais (2011-2015). 2021. Dissertação (Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO Brasil, Salvador, 2021.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. especial, p. 11-24, jul./dez. 1994.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, jul./dez. 2007.